

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2025

Processo Administrativo nº 007/2025  
ID Cidades: 2025.501C2600018.19.0001

Torna-se público que o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO CAPIXABA – CIM CAPARAÓ, através de seu Agente de Licitação, nomeado pela Portaria nº 009/2025, realizará Dispensa, para registro de preços, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006 e suas posteriores complementações, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

**Data e horário limites para envio das propostas: 15/04/2025 até às 18:00h**

**Link do Aviso:** <https://consorciocaparao.es.gov.br/licitacoes>

**Data da sessão: 16/04/2025 às 09:00h**

**Critério de Julgamento:** Menor Preço Global

**Forma de envio das propostas:** através do endereço de e-mail: [licitacaocimcaparao@gmail.com](mailto:licitacaocimcaparao@gmail.com)

**OBS 1:** A proposta deverá ser encaminhada para o e-mail acima referido com o seguinte título/assunto: **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2025**. E no corpo do e-mail deverá conter as seguintes informações: nome do fornecedor, CNPJ, endereço e telefone.

**OBS 2:** O documento da proposta deverá ser anexado no e-mail exclusivamente via PDF. Não serão aceitos documentos em outros formatos.

### 1. OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **registro de preços para futura aquisição de materiais de limpeza, utensílios de cozinha e descartáveis, pó de café e açúcar para atender as demandas do CIM Caparaó** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. REGISTRO DE PREÇO**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA**

3.1. A participação na presente dispensa presencial ocorrerá através do envio das propostas por e-mail nas condições dispostas no preâmbulo deste aviso.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil,

por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.4.3. Caso não haja proposta protocolada por participante enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão participar do certame as demais empresas que enviarem propostas em consonância com o presente Aviso de Contratação Direta.

#### **4. INGRESSO NA DISPENSA**

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa ocorrerá com o envio da proposta exclusivamente através do e-mail mencionado no preâmbulo deste aviso, na forma deste item.

**4.2. A data e horário limites para envio das propostas será dia 15/04/2025 até às 18:00h.**

4.3. A presente Dispensa ficará ABERTA POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, após sua publicação, e a proposta deverá ser enviada através do endereço de e-mail: [licitacaocimcaparao@gmail.com](mailto:licitacaocimcaparao@gmail.com), fazendo referência ao presente Aviso de Contratação Direta, até a data e o horário estabelecidos no item 4.2.

4.4. Após a publicação do Aviso de Contratação Direta, o fornecedor interessado encaminhará ao e-mail do CIM Caparaó, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e os preços, devendo, ainda, apresentar declarações com as seguintes informações:

- a) A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- c) O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- d) O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
- e) O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (não emprega menor).

4.5. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa ocorrerá com o envio da proposta inicial, até o horário estabelecido, exclusivamente em arquivo PDF, contendo a Proposta de Preço conforme modelo constante no Anexo I e as Declarações conforme modelo constante no Anexo II deste Aviso de Contratação.

4.6. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Aviso de Contratação Direta serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.7. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários constantes neste Aviso de Contratação Direta, devendo obedecer ao preço médio da proposta de preços estipulado pela Administração, conforme anexo V.

4.8. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.10. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data do envio das propostas.

4.11. Os preços ofertados na proposta serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico e Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **5. FASE DE LANCES**

5.1. Para esta dispensa não haverá fase de lances, os licitantes concorrerão com o valor de sua proposta. Aberta as propostas, haverá o ordenamento das propostas e classificação dos licitantes conforme o MENOR PREÇO GLOBAL.

## **6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1. Após a data e horário estipulados no item 4.2, os e-mails contendo as propostas serão abertos, em seguida se classificará as propostas de acordo com o Menor Preço Global. Ato seguinte, será verificado a compatibilidade entre o valor da proposta e sua planilha, de acordo com o valor médio constante no presente Aviso, em seguida, o resultado será divulgado a todos presentes na sessão e registrado em Ata, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.2. Após o julgamento das propostas, a empresa vencedora, ou seja, a que melhor proposta apresentar, receberá comunicação via e-mail pelo Agente de Contratação para envio dos documentos necessários à habilitação, que deverão ser encaminhados através do mesmo e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contendo todos os documentos necessários à habilitação contidos neste Aviso, sob pena de inabilitação.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) contiver vícios insanáveis;

- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.5. Se a proposta for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação convocar o próximo colocado.

6.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. DESEMPATE**

7.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate, nesta ordem do art. 60, caput da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e as empresas de pequeno porte que declararam ser ME/EPP nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, previsto neste edital.

7.3. Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre os licitantes empatados.

## **8. HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

### **8.2. Habilitação Jurídica**

8.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações com a última alteração em consolidação, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual.

8.2.2. Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.2.3. Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

### **8.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

8.3.1. Prova de Regularidade Fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.3.2. Prova de Regularidade Fiscal com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.3.3. Prova de Regularidade Fiscal com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.3.4. Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, expedido pela Caixa Econômica Federal ou prova equivalente que comprove, inequivocamente, a regularidade de situação.

8.3.5. Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho (CND Trabalhista)**, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa.

8.3.6. Declaração devidamente preenchida constante no anexo II deste Aviso de Contratação Direta.

#### **8.4. Qualificação Econômica Financeira**

8.4.1. **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida há menos de 30 (trinta) dias da data designada para a abertura dos envelopes, referente à comarca de domicílio da empresa licitante.

8.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

8.7. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

8.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

## 9. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1. Qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos referentes às dúvidas de ordem técnica, bem como aqueles decorrentes de interpretação deste Aviso de Contratação Direta, ou impugná-lo.

9.2. Os pedidos de esclarecimento, bem como as impugnações, deverão ser enviadas à comissão de licitação por mensagem eletrônica, através do e-mail: [licitacaocimcaparao@gmail.com](mailto:licitacaocimcaparao@gmail.com), com o seguinte título/assunto: **“PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2025”** ou **“PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 005/2025”**, em até a data e horário previstos no item 4.2.

9.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos subscritos por representante não habilitado legalmente, não identificado no processo para responder pelo proponente ou fora do prazo descrito no item 9.2.

9.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será revisado e republicado novo ato, com as alterações pertinentes.

9.5. A falta de pedido de esclarecimentos ou a não impugnação aos termos deste Aviso, na forma e prazo legalmente definidos, acarretará a decadência do direito de arguições contra as regras do certame.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. Após a decisão da Administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

10.2. O interessado poderá interpor recurso imediatamente enviando à comissão de licitação por mensagem eletrônica através do endereço de e-mail: [licitacaocimcaparao@gmail.com](mailto:licitacaocimcaparao@gmail.com), de forma motivada e no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de publicação da decisão.

10.3. O recurso deverá indicar o número deste Aviso de Contratação Direta; qualificar o recorrente; qualificar o responsável firmatário do apelo e, anexar via original ou cópia autenticada do instrumento concedente de poderes de representação, a menos que tal qualificação já conste no processo e esta não tenha sido a causa de desclassificação.

10.4. O recurso será dirigido à Comissão de licitação que poderá reconsiderar o ato no prazo de 03 (três) dias úteis.

10.5. O recurso limitar-se-á a questões relativas à habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato de inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

10.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso interposto será de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente, indicado no subitem 9.2 deste Aviso.

10.7. Não serão aceitos recursos enviados por outras vias que não a especificada no item 10.2 deste Aviso, bem como não recursos cujas alegações não se relacionem às razões empresa recorrente.

## **11. DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, ou Ata de Registro de Preço ou emitido instrumento equivalente.

11.2. A empresa vencedora da dispensa terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou da Ata de Registro de Preço ou aceitar instrumento equivalente conforme o caso (nota de empenho/carta contrato/autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

11.2.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.3. O aceite da Nota de empenho ou do instrumento equivalente, quando for o caso, emitida ao fornecedor adjudicado, implica no reconhecimento de que:

a) a referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 e 139 da mesma lei.

11.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração Administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

I - Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 50% (cinquenta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- I) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- a) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de

inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores

e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.15. Aquele que convocado para assinatura da ata ou contrato não o fizer dentro do prazo estabelecido pela Administração, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sendo-lhe garantido o direito à ampla defesa, serão aplicadas as sanções de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta e a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal ou a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais cominações legais, incluindo a sanção penal.

12.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. DO PAGAMENTO**

13.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal e atente do Fiscal responsável, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. Para realização dos pagamentos, a empresa vencedora deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante o processo de habilitação.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. O procedimento sempre será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no site oficial do CIM Caparaó.

14.2. O consórcio poderá revogar o presente Aviso de Contratação Direta, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

14.3. O Consórcio deverá anular o presente Aviso de Contratação Direta, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

14.4. A anulação do procedimento de Contratação Direta não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), o Consórcio poderá:

14.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data, por até 03 (três) vezes;

14.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

14.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

14.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

14.2. As providências dos subitens 14.1.1 e 14.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

14.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

14.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

14.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Consórcio poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

14.10. Os horários estabelecidos neste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.

14.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

#### **14. DAS DÚVIDAS OU ESCLARECIMENTOS**

14.1. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas através do e-mail: [licitacaocimcaparao@gmail.com](mailto:licitacaocimcaparao@gmail.com).

#### **15. ANEXOS**

15.1. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Modelo de Proposta;
- b) ANEXO II – Modelo de Declarações;
- c) ANEXO III – Termo de Referência;
- d) ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- e) ANEXO V – Valor Médio da Proposta de Preço.

Muniz Freire-ES, 03 de abril de 2025.

**ISABELA DE SOUZA CASSA**  
Agente de Licitação  
Portaria nº 008/2025

**ANEXO I**  
**MODELO DE PROPOSTA**

**RAZÃO SOCIAL:** \_\_\_\_\_

**NOME FANTASIA:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_ **BAIRRO:** \_\_\_\_\_

**CIDADE:** \_\_\_\_\_ **CEP:** \_\_\_\_\_

**E-MAIL:** \_\_\_\_\_ **TEL: ( )** \_\_\_\_\_

1. Declaramos que estão inclusos no valor cotado todas as despesas com mão de obra, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas, para o devido cumprimento do objeto desta contratação.

2. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias contados da abertura dos envelopes de habilitação.

3. O prazo para o início do fornecimento será de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, anexo III.

4. Observaremos, integralmente, todas as normas e legislações, vigentes, existentes e aplicáveis quanto ao fornecimento do material/serviço objeto desta contratação.

5. Em caso de divergência do preço apresentado em algarismos e por extenso, prevalecerá o de menor valor.

5. Cotamos como preço para o fornecimento do objeto desta dispensa de licitação os valores constantes na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA, À BASE DE CLORO. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, CLORETO, TEOR DE CLORO ATIVO VARIANDO DE 10 A 12%. COR LEVEMENTE AMARELO-ESVERDEADO. APLICAÇÃO: ALVEJANTE E DESINFETANTE DE USO GERAL. TAMPA COM ROSCA E LACRE. OS FRASCOS DEVERÃO CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. GALÕES DE 5L.	UNID	24			
2	ÁLCOOL, ÁLCOOL LÍQUIDO 70 INPM. ASPECTO: LÍQUIDO. COR: INCOLOR. DENSIDADE: 0,870G/CM3. TEOR ALCOÓLICO: 68°C - 72° INPM:	UNID	20			

	PONTO DE FULGOR: 18°C. COMPOSIÇÃO: ÁLCOOL ETÍLICO. EMBALAGEM DE 01 LITRO				
3	BALDE: BALDE REDONDO MULTIUSO COM MEDIDOR REFORÇADO E CAPACIDADE DE 20L. MATERIAL POLIPROPILENO NA COR PRETO, COM ALÇA GALVANIZADA PARA TRANSPORTE. MEDIDOR DE LITROS NA PARTE INTERNA, APOIO DE MÃO NA PARTE INFERIOR DO BALDE	UNID	04		
4	BORRIFADOR, CORPO E GATILHO EM PLÁSTICO. MEDIDAS: ALTURA 20CM, LARGURA: 60 CM E COMPRIMENTO 20CM. ACESSÓRIOS INCLUÍDOS: GARRAFA. MODELO ULTRJET, FRASCO COM GATILHO. PESO 100 GRAMAS. PRESSÃO MÁXIMA 1 BAR. REFERÊNCIA: GUARANY, TRAMONTINA E PERFEX	UNID	06		
5	DESINFETANTE CONCENTRADO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO. APLICAÇÃO: DESINFECÇÃO, GERMICIDA E LIMPEZA DE PISOS, SUPERFÍCIES LAVÁVEIS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, AROMÁTICA EUCALIPTO E/OU LAVANDA. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, INGREDIENTES ATIVOS, FORMOL, SABÃO, ÓLEO DE PINHO, SOLVENTE, ESTABILIZANTE, SEQUESTRANTE E CORANTE. AS EMBALAGENS DEVERÃO CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM DE 2 LITROS	UNID	48		
6	ESPONJA DE AÇO PACOTE COM 08 UNIDADES. REFERENCIA: ASSOLAN E BOMBRIL	UNID	24		
7	ESPONJA MULTI USO, DUPLA FACE (FIBRA E ESPUMA), FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 110MMX75MMX23MM, ABRASIVIDADE MÉDIA. COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA E MANTA ABRASIVA VERDE. REFERÊNCIA: ESFREBOM, BOMBRIL, ASSOLAM	UNID	24		
8	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO, ESCOVA SANITÁRIA EM MATERIAL PLÁSTICO, COM CERDAS DE PLÁSTICO RESISTENTE E DURÁVEL, CABO ERGONÔMICO, INCLUINDO SUPORTE PRÁTICO PARA COLOCAR A ESCOVA. DIMENSÕES: 35X10CM. REFERÊNCIA: LIMPAMANIA, CONDOR	UNID	04		
9	FLANELA DE LIMPEZA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES, 100% ALGODÃO, COR AMARELA DE TOM FORTE, LISA, MEDINDO 30CM X 50CM. ACABAMENTO EM OVER	UNID	24		
10	LIMPADOR MULTIUSO, FRASCO COM 500ML CADA. COMPOSIÇÃO: AQUIL, BENZENO, SULFATO DE SÓDIO, TENSOATIVO AMONÍACO, SOLVENTE, COADJUVANTES, SEQUESTRANTES, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. CAIXA COM 24 UNIDADES. REFERÊNCIA: MINUANO, IPÊ, LIMPOL.	UNID	24		
11	LIMPA-VIDROS: <b>APLICAÇÃO:</b> LIMPEZA DE VIDROS, ESPELHOS, CRISTAIS E PEÇAS ACRÍLICAS. <b>COMPOSIÇÃO:</b> BUTIL GLICOL,	UNID	24		

	<b>ISOPROPANOL, COADJUVANTE, SOLVENTE, CORANTE, ÁGUA. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS: ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO, PH: 6,0 – 7,0, ODOR: CARACTERÍSTICO, TEOR DE ATIVOS: 2,00 – 7,0%, VISCOSIDADE: 600,00 – 900,00 CPS, SOLUBILIDADE EM ÁGUA: TOTALMENTE SOLÚVEL.</b>				
12	PANO DE CHÃO, PANO DE CHÃO FELPUDO, TIPO SACO, ALVEJADO, 100% ALGODÃO. DIMENSÕES: 50CMX80CM E PESO DE 100 G. COM CARIAÇÃO DE +/- 5%. ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UNID	12		
13	PANO DE PRATO, PANO DE PRATO 100% ALGODÃO, EMBAINHADO NAS LATERAIS, ABSORVENTE, LAVÁVEL E DURÁVEL. MEDINDO 40CMX70CM. NA COR BRANCA.	UNID	20		
14	PÁ DE LIXO, PÁ DE LIXO COLETORA MULTI USO DE 5 CM COM CABO DE 9 CM. EM MATERIAL POLIPROPILENO, GARANTINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. REFERÊNCIA: PENEDO, MARLUX	UNID	06		
15	PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL HIGIÊNICO NEUTRO, COR BRANCO, FOLHA DUPLA, ACABAMENTO PICOTADO E GOFRADO. COMPOSIÇÃO: 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS, PRODUTO SUSTENTÁVEL, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. PACOTE COM 12 ROLOS DE 30MX10CM CADA. REFERÊNCIA: NEVE, PERSONAL VIP, MIMMO, CARINHO PREMIUM, MILI.	UNID	40		
16	PAPEL TOALHA, PAPEL TOALHA INTERFOLHA DE ALTA QUALIDADE, BRANCO, EXTRALUXO, COM 2 DOBRAS 20CMX21CM. COMPOSIÇÃO: 100% FIBRAS NATURAIS E/ OU FIBRAS DE CELULOSE. O FARDO DEVE CONTER 1000 FOLHAS, E O FARDO DEVE CONTER 5 PACOTES. AS EMBALAGENS DEVERÃO CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNID	24		
17	PEDRA SANITÁRIA, ODORIZANTE SANITÁRIO COM FRAGRÂNCIA DE LAVANDA. COMPOSIÇÃO: PARADICLOROBENZENO, COADJUVANTE, FRAGRÂNCIA E CORANTE. REFERENCIA: DESORAL,	UNID	48		
18	RODO GRANDE, RODO DE METAL 60CM, COM CABO DE MADEIRA.	UNID	02		
19	RODO PEQUENO, RODO DE METAL 40CM, COM CABO DE MADEIRA.	UNID	02		
20	SABÃO EM BARRA, GLICERINADO NEUTRO COM ALTO PODER DESENGORDURANTE. PACOTE COM 5 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA. ASPECTO: BARRA SÓLIDA TRANSLÚCIDA. COR: CASTANHO. COMPONENTES: SAIS DE ÁCIDO	PCT	05		

	GRAXOS E COADJUVANTES. REFERÊNCIA: IPÊ, MINUANO, RAZZO				
21	SABÃO EM PÓ, PARA LAVAGEM DE ROUPAS BRANCAS E COLORIDAS. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO TAMPONASTES, COADJUVANTES, SINERGISTAS, CORANTES, ENZIMAS, BRANQUEADOR ÓPTICO, ESSÊNCIA, ÁGUA, ALVEJANTE E CARGA. PACOTE DE 5 KG. REFERÊNCIA: OMO, BRILHANTE, IPÊ, TIXAN	PCT	10		
22	SABONETE LÍQUIDO, PARA CORPO E MÃOS, LEVEMENTE PEROLADO, COM SUAVE FRAGRÂNCIA DE ERVA DOCE. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. EM EMBALAGEM DE 1 LITRO. REFERÊNCIA: AS EMBALAGENS DEVERÃO CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. REFERÊNCIA: DOCEAROMA, PROTEX, LUX	UNID	12		
23	SACO DE LIXO 100 L, SACOS PLÁSTICOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO. CAPACIDADE 100 LITROS, NA COR AZUL OU PRETO EM FARDO COM 100 UNIDADES.	UNID	20		
24	SACO DE LIXO 30 L, SACOS PLÁSTICOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO. CAPACIDADE DE 30 LITROS, NA COR AZUL OU PRETO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	ROL	20		
25	VASSOURA PIAÇAVA, VASSOURA EM PIAÇABA Nº5 COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO.	ROL	06		
26	FILTRO DE PAPEL 103 (IDEAL PARA PREPARAR 1000ML OU 20 XÍCARAS DE CAFÉS). CONTEM 30 FILTROS DE PAPEL ÚNICO COM MICRO FUROS.	UNID	24		
27	COPO DESCARTÁVEL DE 200 ML, MATERIAL ATÓXICO, COR BRANCO, CAIXA COM 2.500 UNIDADES	CX	02		
28	COPO DESCARTÁVEL DE 50 ML, MATERIAL ATÓXICO, COR BRANCO, CAIXA COM 5.000 UNIDADES.	CX	01		
29	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO CRISTAL DE 16,5 CM. PACOTES CONTENDO 50 UNIDADES CADA PACOTE	PCT	20		
30	COLHER DESCARTÁVEL, MATERIAL: POLIESTIRENO, APLICAÇÃO: SOBREMESA DIMENSÕES: 125MM X 27MM PACOTES CONTENDO 50 UNIDADES CADA PACOTE	PCT	10		
31	GARFO DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO CRISTAL DE 15,5 CM. PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	10		
32	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL: CELULOSE, LARGURA:22 CM, COMPRIMENTO:22 CM, COR: BRANCA, TIPO FOLHAS: DUPLA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ULTRA MACIO, PACOTE COM 50 UNID.	PCT	10		

33	PRATO RASO DESCARTÁVEL (PLÁSTICO) DE 21 CM. PACOTE COM 10 UNIDADES. NA COR BRANCA	PCT	10			
34	TOALHA DE PAPEL MULTIUSO, HIPER, FOLHA DUPLA MÁXIMA ABSORÇÃO, TEXTURA 3D, 120 FOLHAS 6X3 ROLOS ALTURA 22,5, LARGURA 34,7, COMPRIMENTO DE 19 CM, COR BRANCA.	PCT	10			
35	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, PROCEDENTE DE GRÃOS SÃOS, LIMPOS E ISENTOS DE IMPUREZAS, ACONDICIONADO EM PACOTE ALUMINIZADO ALTO VÁCUO, ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS 25. 3.750 PCT DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE DATA DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE DO PRODUTO, <b>SELO DE PUREZA ABIC</b> . O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA ENTREGA. <b>EMBALAGEM 500G</b> CONTENDO AS SEGUINTE INFORMações: DENOMINAÇÃO DE VENDA DO ALIMENTO; LISTA DE INGREDIENTES; TABELA NUTRICIONAL; CONTEÚDOS LÍQUIDOS; IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM; IDENTIFICAÇÃO DO LOTE; PRAZO DE VALIDADE; INSTRUÇÕES SOBRE O PREPARO E USO DO ALIMENTO, QUANDO NECESSÁRIO.	PCT	60			
36	AÇÚCAR CRISTAL, BRANCO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ORIGEM VEGETAL, CONTENDO NO MÍNIMO 98,3% DE SACAROSE DE CANA DE-AÇÚCAR, LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. APARÊNCIA, COR E CHEIRO PRÓPRIOS DO TIPO DE AÇÚCAR. APLICAÇÃO: ADOÇANTE. <b>EMBALAGEM: 5KG</b> . POLIETILENO ATÓXICO, SACO DE R\$ 8,48 R\$ 63.600,00 RESISTENTE, CONTENDO PESO LÍQUIDO DE 05 KG CONTENDO AS SEGUINTE INFORMações: DENOMINAÇÃO DE VENDA DO ALIMENTO; LISTA DE NUTRICIONAL; INGREDIENTES; CONTEÚDOS TABELA LÍQUIDOS; IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM; IDENTIFICAÇÃO DO LOTE; PRAZO DE VALIDADE; INSTRUÇÕES SOBRE O PREPARO E USO DO ALIMENTO, QUANDO NECESSÁRIO.	UNID	24			

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÕES**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

( ) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no presente aviso.

( ) Para fins de recebimento de tratamento favorecido e diferenciado, que se enquadra como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, pois cumpre os requisitos dispostos no Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não há nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

( ) Está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

( ) Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal. **OBS:** Se a empresa licitante possuir menores de 14 (quatorze) anos aprendizes deverá declarar essa condição.

( ) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

( ) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**OBS: assinalar com X as declarações nas quais se enquadra a empresa.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

## **ANEXO III**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

1.1. Constitui objeto desta solicitação, o registro de preços para futura aquisição de materiais de limpeza, utensílios de cozinha e descartáveis, pó de café e açúcar para atender as demandas do CIM Caparaó

#### **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A manutenção da limpeza e organização do ambiente de trabalho é essencial para garantir a saúde e o bem-estar de todos os funcionários, além de contribuir para um ambiente produtivo e agradável. Para alcançar esse objetivo, é fundamental a aquisição de materiais de limpeza, utensílios de cozinha e descartáveis.

2.2. A frequência de uso dos utensílios de cozinha e descartáveis é alta, o que torna necessária a reposição constante desses itens. Além disso, a limpeza regular dos espaços é crucial para evitar a proliferação de germes e bactérias.

2.3. Além disso, a aquisição dos materiais de limpeza garantirá que as áreas comuns estejam sempre higienizadas, reduzindo o risco de doenças e aumentando o conforto dos funcionários. Os utensílios de cozinha adequados permitirão uma melhor organização e preparação de alimentos, contribuindo para a eficiência e segurança alimentar. Os descartáveis, por sua vez, reduzirão o tempo de lavagem de utensílios e evitarão contaminações cruzadas.

2.4. Ademais, a aquisição do pó de café e açúcar é essencial para suprir uma das bebidas mais consumidas em ambientes de trabalho, encontros e refeições diárias. Além disso, contribuem para o conforto e bem-estar, sendo itens básicos para hospitalidade e consumo geral.

2.5. Sendo assim, a aquisição desses materiais é de extrema importância para mantermos um ambiente saudável, limpo e organizado, o que reflete diretamente no bem-estar e na produtividade dos nossos colaboradores.

#### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1. O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão a disposição da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas complementares aplicáveis à espécie.

#### **4. EXCLUSIVIDADE DA LICITAÇÃO PARA ME/EPP e EQUIPARADAS**

4.1. A Lei Complementar nº 147/2014 que alterou a Lei Complementar nº 123/2006, dentre outros objetivos, ampliou a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas. O caput do art. 47 passou a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 47.** Nas contratações públicas da **administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá** ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. **(Grifamos).**

4.2. A nova redação do art. 47, além de ampliar o rol de entidades que concederão tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, também substituiu a expressão poderá, que transmitia a impressão de faculdade, por deverá, para que não haja questionamento acerca da obrigatoriedade de observância. Já o art. 48, caput e inciso I, da LC nº 123/2006 prevê:

Art. 48 Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I – deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Grifamos).**

(...)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

4.3. Sendo assim, tendo em vista que o preço médio da presente contratação está dentro do valor previsto em lei, conforme Anexo I deste Termo de Referência, fica comprovado a exclusividade na participação, no presente procedimento licitatório, das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas.

## 5. DAS ESPECIFICAÇÕES E DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As especificações, quantidades e estimativa de valor do objeto da contratação pretendida, encontram-se no anexo I deste Termo de Referência.

5.2. As notas fiscais/faturas e respectivas matérias deverão ser enviadas por e-mail.

5.3. O fornecimento do objeto será continuado considerando que os serviços serão entregues de forma frequente e contínua, no período de vigência contratual, conforme as necessidades do CIM Caparaó.

5.4. Sugere-se que o critério de seleção do fornecedor seja o de MENOR PREÇO GLOBAL.

## **6. DOS PRAZOS**

6.1. O prazo para a entrega dos materiais será de até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.2. Não ocorrendo o atendimento no prazo estipulado, o fornecedor deverá se justificar perante o Consórcio, explanando o motivo pelo qual a empresa vencedora não atenderá em tempo hábil e se manifestar acerca do prazo que fornecerá o material solicitado neste requerimento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.3. Se os itens estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência ou apresentarem qualquer tipo de defeito para uso, o mesmo será recusado e a empresa deverá obrigatoriamente substituí-lo em até 48 (quarenta e oito) horas.

## **7. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

7.1. A entrega dos materiais a serem adquiridos será realizada na sede do CIM Caparaó, localizado na Rua Principal de Patrimônio da Penha, Divino de São Lourenço, CEP 29.590-000.

7.2. Os materiais deverão ser entregues mediante Ordem de Fornecimento.

7.3. O fornecedor terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, para efetuar a entrega dos materiais.

7.4. A entrega dos materiais obedecerá a necessidade e/ou demanda da Consórcio, podendo ser de forma fracionada e/ou parcelada e, obrigatoriamente, se dará em dias úteis, observando o horário de 08:00h às 17:00h.

7.5. Além da entrega no local designado pelo Consórcio, deverá (ão) a(s) licitante(s) vencedora(s) também descarregar e armazenar os materiais/produtos, nos locais indicados, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos no transporte e descarga.

7.6. A entrega será comprovada por Nota Fiscal de Simples Remessa ou documento equivalente e, ainda, com o Termo de Recebimento, devidamente assinado com identificação, número de CPF ou Identidade, do destinatário/recebedor.

7.7. O transporte e a entrega dos materiais/produtos serão de responsabilidade da contratada e deverão ser entregues conforme quantitativos e especificações nos endereços designados.

7.8. A Contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência, do Edital / Aviso, da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato.

## **8. HABILITAÇÃO**

### **8.1. Habilitação Jurídica:**

8.1.1. Contrato Social ou Ato Constitutivo;

8.1.2. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

### **8.2. Regularidade Fiscal:**

8.2.1. Prova de Regularidade perante a Fazenda Nacional;

8.2.2. Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual;

8.2.3. Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal;

8.2.4. Prova de Regularidade perante a Seguridade Social – INSS;

8.2.5. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.6. Cadastro Nacional de Empresas Idôneas e Suspensas – CEIS;

## **9. DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Dispensa de Licitação

Inexigibilidade

Pregão

Adesão à Ata de Registro de Preço

Concorrência  Menor Preço ou  Técnica e Preço

## **10. DO REGIME DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. A opção de utilizar o Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, assim como, a formação da Ata de Registro de Preços permitirá além de redução de custos, uma projeção de compra para um período de 12 (doze) meses, podendo ultrapassar de um exercício para o outro, sem o comprometimento orçamentário, em sua totalidade, permitindo a aquisição somente dos materiais que se fizerem necessário.

10.2. A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de dispensa específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.3. A ata terá a vigência de 01 (um) ano.

10.4. O valor orçado se refere ao quantitativo máximo.

## **11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Material de Consumo: Ficha: 004 / Fonte: 188000000000**

## **12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1. O valor estimado para a presente contratação é de R\$ R\$ 12.844,86 (doze mil oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).

## **13. PAGAMENTO**

13.1. O pagamento da despesa será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário após o ateste na Nota Fiscal, devendo conter no corpo da mesma a descrição do Objeto, número do Banco, Agência e Conta Bancária da Contratada, desde que os serviços tenham sido executados em conformidade com as exigências contratuais e não haja fato impeditivo imputável ao contratado.

13.2. No caso da Nota Fiscal apresentar erros, esta será devolvida, e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo de pagamento ser contado a partir da data da reapresentação da mesma.

13.3. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal, será considerada como não apresentada para fins de atendimento das condições de pagamento.

13.4. É condição para o pagamento do valor constante na Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal), abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

b) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual

c) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;

d) Certidão negativa de débitos Trabalhistas – CNDT;

e) Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.5. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.6. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

13.7. A contratante poderá efetuar a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à contratada.

13.8. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

13.9. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal.

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação para o objeto pretendido.

#### **15. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

15.1. Fornecer à Contratada as informações e documentações indispensáveis à execução do objeto contratado;

15.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o previsto, justificando as razões da recusa;

15.3 Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;

15.4. Cumprir, de forma a não retardar os prazos da Contratada e suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que a mesma cumpra suas próprias obrigações;

15.5. Designar servidor para acompanhar a execução do Contrato;

#### **16. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

16.1. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pelo Consórcio, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta.

16.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos veículos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

16.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Consórcio, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo previsto no item 6 – dos prazos, os materiais com avarias ou defeitos.

16.4. Atender prontamente a quaisquer exigências do Consórcio, inerentes ao objeto da presente dispensa.

16.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16.6. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

16.7. Responsabilizar-se pelo transporte (de acordo com as normas vigentes) dos materiais e também pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto.

16.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na aquisição.

16.9. A empresa vencedora do certame será responsável pela entrega dos materiais.

## **17. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Comete infração Administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

I - Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela

inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 50% (cinquenta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

l) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

a) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

17.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

17.15. Aquele que convocado para assinatura da ata ou contrato não o fizer dentro do prazo estabelecido pela Administração, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sendo-lhe garantido o direito à ampla defesa, serão aplicadas as sanções de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta e a penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal ou a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais cominações legais, incluindo a sanção penal.

## **18. FISCALIZAÇÃO**

18.1. A Fiscalização do instrumento contratual será ampla e irrestrita. O fiscal do contrato será a senhora **Maria de Fátima Pires de Alcante**, lotada na Diretoria Executiva.

18.2. Não obstante a Empresa seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer diretamente a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

## **19. DA VIGÊNCIA**

19.1. O instrumento contratual vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, enquanto perdurar a necessidade por manifestação expressa do CIM CAPARAÓ/ES.

## ANEXO IV

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

Aviso de Contratação Direta nº 005/2025

Processo Administrativo 007/2025

ID Cidades: 2025.501C2600018.19.0001

**O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO CAPARAÓ CAPIXABA**, Pessoa Jurídica de Direito Público constituído na forma de Associação Pública, inscrito no CNPJ sob o nº 03.353.387/0001-58, com sede no Parque Municipal Vale das Bromélias, Rodovia Ibitirama X São José do Caparaó, Km 01, Ibitirama – ES, CEP: 29.540-000, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GESI ANTÔNIO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, residente e domiciliado na localidade de Amorim, s/n, Zona Rural, Muniz Freire-ES, CEP: 29.380-000, considerando o julgamento da **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 005/2025, publicada no site oficial do CIM Caparaó, Processo Administrativo nº 007/2025, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) xxx, representada pelo sr. xxx, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Aviso de Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e posteriores alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para prestação de serviço de **registro de preços para futura aquisição de materiais de limpeza, utensílios de cozinha e descartáveis, pó de café e açúcar para atender as demandas do CIM Caparaó**, especificado no Termo de Referência, anexo III do Aviso de Contratação Direta nº 005/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) estão contidas no Anexo I desta Ata.

### **3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

3.1. O órgão gerenciador será **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO CAPARAÓ CAPIXABA**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.353.387/0001-58.

### **4. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

4.1. Os serviços deverão ser executados conforme especificações detalhadas contidas no Termo de Referência, anexo ao Aviso.

### **5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. É vedado a realização de adesão à ata de registro de preços oriundas de dispensa de licitação.

### **6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2 “a” somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços, nas hipóteses definidas no edital.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2 “a”, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital/aviso, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o

fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos desta Ata, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 8.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos desta Ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.3. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

9.4. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

## **10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, §3º e 27, §4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **11. DAS PENALIDADES**

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **12. FORO**

12.1. Para todas as questões pertinentes ao presente compromisso, o foro será o da Comarca do Município de Muniz Freire-ES, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## **13. CONDIÇÕES GERAIS**

13. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital/Aviso.

13.1. E por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente compromisso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Muniz Freire-ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

**GESI ANTÔNIO DA SILVA JUNIOR**

**Presidente do CIM Caparaó**

**Registrante**

\_\_\_\_\_  
**Registrada**

TESTEMUNHAS:

1) Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2) Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO CAPARAÓ CAPIXABA**

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**

e-mail: [licitacaocimcaparao@gmail.com](mailto:licitacaocimcaparao@gmail.com) - Site Oficial: <https://consorciocaparao.es.gov.br/>

## **ANEXO V**

### **PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇO**



**Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Território do Caparaó Capixaba**

Alegre, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dorés do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna,  
Jerônimo Monteiro, Muniz Freire, Muqui e São José do Calçado.

**CONSORCIO CAPARAÓ**  
**Governo do Estado do ESPIRITO SANTO**

**PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES**

10/04/2025 09:25:36

**Pesquisa de Preços Nº 000003/2025 - 07/04/2025 - Processo Nº 000007/2025**

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001		00000101	<b>ÁGUA SANITÁRIA</b> água sanitária, à base de cloro. composição química: hipoclorito de sódio, cloreto, teor de cloro ativo variando de 10 a 12%. cor levemente amarelo-esverdeado. aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. tampa com rosca e lacre. os frascos deverão conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no ministério da saúde. galões de 5l.	UNID.	24,00	17,970	431,28
00002		00000102	<b>ÁLCOOL LÍQUIDO 70 INPM</b> álcool, álcool líquido 70 inpm. aspecto: líquido. cor: incolor. densidade: 0,870g/cm3. teor alcoólico: 68°c - 72° inpm: ponto de fulgor: 18°c. composição: álcool etílico. embalagem de 01 litro	UNID.	20,00	10,050	201,00
00003		00000103	<b>BALDE</b> balde: balde redondo multiuso com medidor reforçado e capacidade de 20l. material polipropileno na cor preto, com alça galvanizada para transporte. medidor de litros na parte interna, apoio de mão na parte inferior do balde	UNID.	4,00	19,260	77,04
00004		00000104	<b>BORRIFADOR</b> borrifador, corpo e gatilho em plástico. medidas: altura 20cm, largura: 60 cm e comprimento 20cm. acessórios incluídos: garrafa. modelo ultrjet, frasco com gatilho. peso 100 gramas. pressão máxima 1 bar. referência: guarany, tramontina e perfex	UNID.	6,00	8,170	49,02
00005		00000105	<b>DESINFETANTE CONCENTRADO</b> desinfetante concentrado, aspecto físico líquido. aplicação: desinfecção, germicida e limpeza de pisos, superfícies laváveis e instalações sanitárias, aromática eucalipto e/ou lavanda. composição: água, ingredientes ativos, formol, sabão, óleo de pinho, solvente, estabilizante, sequestrante e corante. as embalagens deverão conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde. embalagem de 2 litros	UNID.	48,00	8,560	410,88
00006		00000106	<b>ESPONJA DE AÇO</b> esponja de aço pacote com 08 unidades. referencia: assolam e bombril	UNID.	24,00	3,240	77,76
00007		00000107	<b>ESPONJA MULTI USO</b> esponja multi uso, dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110mmx75mmx23mm, abrasividade média. composição: espuma de poliuretano com bactericida e manta abrasiva verde. referência: esfrebom, bombril, assolam	UNID.	24,00	2,360	56,64
00008		00000108	<b>ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO</b> escova para vaso sanitário, escova sanitária em material plástico, com cerdas de plástico resistente e durável, cabo ergonômico, incluindo suporte prático para colocar a escova. dimensões: 35x10cm. referência: limpamania, condor	UNID.	4,00	12,810	51,24
00009		00000109	<b>FLANELA DE LIMPEZA</b> flanela de limpeza, para limpeza de superfícies, 100% algodão, cor amarela de tom forte, lisa, medindo 30cm x 50cm. acabamento em over	UNID.	24,00	4,980	119,52
00010		00000110	<b>LIMPADOR MULTIUSO</b> limpador multiuso, frasco com 500ml cada. composição: aquil, benzeno, sulfato de sódio, tensoativo amoníaco, solvente, coadjuvantes, sequestrantes, fragrância e água. caixa com 24 unidades. referência: minuano, ipê, limpol.	UNID.	24,00	6,130	147,12
00011		00000111	<b>LIMPA-VIDROS</b> limpa-vidros: aplicação: limpeza de vidros, espelhos, cristais e peças acrílicas. composição: butil glicol, isopropanol, coadjuvante, solvente, corante, água. características físico-químicas: estado físico: líquido, ph: 6,0 – 7,0, odor: característico, teor de ativos: 2,00	UNID.	24,00	9,960	239,04

**CONSORCIO CAPARAÓ**  
**Governo do Estado do ESPIRITO SANTO**

**PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES**

10/04/2025 09:25:36

**Pesquisa de Preços Nº 000003/2025 - 07/04/2025 - Processo Nº 000007/2025**

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
			– 7,0%, viscosidade: 600,00 – 900,00 cps, solubilidade em água: totalmente solúvel				
<b>00012</b>		00000112	<b>PANO DE CHÃO</b> pano de chão, pano de chão felpudo, tipo saco, alvejado, 100% algodão. dimensões: 50cmx80cm e peso de 100 g. com cariação de +/- 5%. etiqueta com dados de identificação de produto e marca do fabricante.	UNID.	12,00	11,410	136,92
<b>00013</b>		00000113	<b>PANO DE PRATO</b> pano de prato, pano de prato 100% algodão, embainhado nas laterais, absorvente, lavável e durável. medindo 40cmx70cm. na cor branca.	UNID.	20,00	7,040	140,80
<b>00014</b>		00000114	<b>PÁ DE LIXO</b> pá de lixo, pá de lixo coletora multi uso de 5 cm com cabo de 9 cm. em material polipropileno, garantindo resistência e durabilidade. referência: penedo, marlux	UNID.	6,00	12,590	75,54
<b>00015</b>		00000115	<b>PAPEL HIGIÊNICO</b> papel higiênico, papel higiênico neutro, cor branco, folha dupla, acabamento picotado e gofrado. composição: 100% de fibras celulósicas, produto sustentável, dermatologicamente testado. pacote com 12 rolos de 30mx10cm cada. referência: neve, personal vip, mimmo, carinho premium, mili.	PCT	40,00	18,440	737,60
<b>00016</b>		00000116	<b>PAPEL TOALHA</b> papel toalha, papel toalha interfolha de alta qualidade, branco, extraluxo, com 2 dobras 20cmx21cm. composição: 100% fibras naturais e/ ou fibras de celulose. o fardo deve conter 1000 folhas, e o fardo deve conter 5 pacotes. as embalagens deverão conter os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde.	PCT	24,00	34,230	821,52
<b>00017</b>		00000117	<b>PEDRA SANITÁRIA</b> pedra sanitária, odorizante sanitário com fragrância de lavanda. composição: paradiclorobenzeno, coadjuvante, fragrância e corante. referencia: desoral.	UNID.	48,00	2,890	138,72
<b>00018</b>		00000118	<b>RODO GRANDE</b> rodo grande, rodo de metal 60cm, com cabo de madeira.	UNID.	2,00	59,610	119,22
<b>00019</b>		00000119	<b>RODO PEQUENO</b> rodo pequeno, rodo de metal 40cm, com cabo de madeira.	UNID.	2,00	29,220	58,44
<b>00020</b>		00000120	<b>SABÃO EM BARRA</b> sabão em barra, glicerinado neutro com alto poder desengordurante. pacote com 5 unidades de 200 gramas cada. aspecto: barra sólida translúcida. cor: castanho. componentes: sais de ácido graxos e coadjuvantes. referência: ipê, minuano, razzo	PCT	5,00	15,290	76,45
<b>00021</b>		00000121	<b>SABÃO EM PÓ</b> sabão em pó, para lavagem de roupas brancas e coloridas. composição: tensoativo aniônico tamponastes, coadjuvantes, sinergistas, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga. pacote de 5 kg. referência: omo, brilhante, ipê, tixan	CAIXA	10,00	57,250	572,50
<b>00022</b>		00000122	<b>SABONETE LÍQUIDO</b> sabonete líquido, para corpo e mãos, levemente perolado, com suave fragrância de erva doce. dermatologicamente testado. em embalagem de 1 litro. referência: as embalagens deverão conter os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no ministério da saúde. referência: docearoma, protex, lux	UNID.	12,00	32,500	390,00
<b>00023</b>		00000123	<b>SACO DE LIXO 100 L</b> saco de lixo 100 l, sacos plásticos para acondicionamento de lixo. capacidade 100 litros, na cor azul ou preto em fardo com 100 unidades.	UNID.	20,00	48,900	978,00

**CONSORCIO CAPARAÓ**  
**Governo do Estado do ESPIRITO SANTO**

**PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES**

10/04/2025 09:25:36

**Pesquisa de Preços Nº 000003/2025 - 07/04/2025 - Processo Nº 000007/2025**

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00024		00000124	SACO DE LIXO 30 L saco de lixo 30 l, sacos plásticos para acondicionamento de lixo. capacidade de 30 litros, na cor azul ou preto. embalagem com 100 unidades.	UNID.	20,00	35,060	701,20
00025		00000125	VASSOURA PIAÇAVA vassoura piaçava, vassoura em piaçaba nº5 com cabo de madeira revestido em plástico.	UNID.	6,00	25,080	150,48
00026		00000126	FILTRO DE PAPEL filtro de papel 103 (ideal para preparar 1000ml ou 20 xícaras de cafés). contem 30 filtros de papel único com microfuros.	PCT	24,00	5,640	135,36
00027		00000127	COPO DESCARTAVEL DE 200 ML copo descartavel de 200 ml, material atóxico, cor branco, caixa com 2.500 unidades	CAIXA	2,00	82,320	164,64
00028		00000128	COPO DESCARTAVEL DE 50 ML copo descartavel de 50 ml, material atóxico, cor branco, caixa com 5.000 unidades.	CAIXA	1,00	87,200	87,20
00029		00000129	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO colher descartável para refeição cristal de 16,5 cm. pacotes contendo 50 unidades cada pacote	PCT	20,00	9,360	187,20
00030		00000130	COLHER DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA colher descartável, material: poliestireno, aplicação: sobremesa dimensões: 125mm x 27mm pacotes contendo 50 unidades cada pacote	PCT	10,00	8,240	82,40
00031		00000131	GARFO DESCARTÁVEL garfo descartável para refeição cristal de 15,5 cm. pacote com 50 unidades	PCT	10,00	10,770	107,70
00032		00000132	GUARDANAPO DE PAPEL guardanapo de papel, material: celulose, largura:22 cm, comprimento:22 cm, cor: branca, tipo folhas: dupla, características adicionais: ultra macio, pacote com 50 unid.	PCT	10,00	3,790	37,90
00033		00000133	PRATO RASO DESCARTAVEL prato raso descartavel (plástico) de 21 cm. pacote com 10 unidades. na cor branca	PCT	10,00	5,260	52,60
00034		00000134	TOALHA DE PAPEL MULTIUSO toalha de papel multiuso, hiper, folha dupla máxima absorção, textura 3d, 120 folhas 6x3 rolos altura 22,5, largura 34,7, comprimento de 19 cm, cor branca.	PCT	10,00	21,380	213,80
00035		00000135	CAFÉ TORRADO E MOÍDO café torrado e moído, procedente de grãos sãos, limpos e isentos de impurezas, acondicionado em pacote aluminizado alto vácuo, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. a embalagem deverá conter externamente os 25. 3.750 pct dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, selo de pureza abic. o produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data entrega. embalagem 500g contendo as seguintes informações: denominação de venda do alimento; lista de ingredientes; tabela nutricional; conteúdos líquidos; identificação da origem; identificação do lote; prazo de validade; instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário	PCT	60,00	32,330	1.939,80
00036		00000136	AÇUCAR CRISTAL açúcar cristal, branco, de primeira qualidade, origem vegetal, contendo no mínimo 98,3% de sacarose de cana de-açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais e vegetais. aparência, cor e cheiro próprios do tipo de açúcar. aplicação: adoçante. embalagem: 5kg. polietileno atóxico, saco de r\$ 8,48 r\$ 63.600,00 resistente, contendo peso líquido de 05 kg contendo as seguintes informações: denominação de venda do alimento; lista de nutricional; ingredientes; conteúdos tabela	UNID.	24,00	18,300	439,20

**CONSORCIO CAPARAÓ**  
**Governo do Estado do ESPIRITO SANTO**

**PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES**

10/04/2025 09:25:36

**Pesquisa de Preços Nº 000003/2025 - 07/04/2025 - Processo Nº 000007/2025**

<i>Ítem</i>	<i>Lote</i>	<i>Código</i>	<i>Especificação</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor Total</i>
-------------	-------------	---------------	----------------------	----------------	-------------------	-----------------	--------------------

líquidos; identificação da origem; identificação do lote; prazo de validade; instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário.

**10.405,73**